

LINGUAGEM NÃO-EXCLUDENTE: A EXPERIÊNCIA NA ELABORAÇÃO DE CARTILHA JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA

Nathalia Ramos dos Santos¹;

¹Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.

Nicolas Elliot Penedo de Paiva Estrella²;

²Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Florianópolis, SC.

Ju de Oliveira³;

³Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.

Oliê Cárdenas Pires Ferreira Valente Lourenço⁴.

⁴Centro Universitário Cesusc (UNICESUSC), Florianópolis, SC.

RESUMO: Introdução: o presente relato é sobre a elaboração em grupo de trabalho (GT) da Cartilha Orientativa de Psicologia e Linguagem Não-Excludente lançada em 2025 pelo Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12º Região. Objetivo: compartilhar a experiência prática da produção de uma referência técnica para a classe profissional. Metodologia: estudo descritivo do tipo relato de experiência. Resultados e Discussão: Para a produção da cartilha e desse relato as informações foram reunidas por meio de diferentes instrumentos e formas de levantamento, contando com momentos de conversa, troca e reflexões com pessoas que pesquisam ou vivenciam os temas relacionados às linguagens abordadas na cartilha. Além da produção da cartilha, o GT propiciou repercussões positivas nos contextos em que as pessoas participantes estavam inseridas. Ainda, a participação de estudantes de graduação, como os desse relato, em atividades de pesquisa e extensão amplia a percepção sobre esses processos, aproxima do assunto pesquisado e ainda incorpora a investigação às suas práxis. Considerações Finais: A cartilha foi uma iniciativa importante porque possibilitou a participação de pessoas com corpos dissidentes na orientação de profissionais da Psicologia, promover os direitos humanos e aproximar a prática da Psicologia daquela prevista no Código de Ética Profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Ética profissional. Direitos humanos. Direitos humanos.

NON-EXCLUSIONARY LANGUAGE: THE EXPERIENCE OF DEVELOPING A GUIDELINE BOOKLET WITH THE REGIONAL COUNCIL OF PSYCHOLOGY

ABSTRACT: Introduction: this report details the development carried out by a working group (WG) of the Guidance Booklet on Psychology and Non-Exclusionary Language, launched in 2025 by the Regional Council of Psychology of Santa Catarina – 12th Region. Objective: sharing the practical experience of production of a technical reference for psychology professionals. Methodology: a descriptive study in the form of an experience report. Results and Discussion: information gathered for the booklet and this report through various instruments and data collection methods, involving dialogue, exchanges, and persons who research or have lived experience with the language practices addressed in the booklet. Beyond the production of the booklet itself, the WG generated impacts within the contexts where the participants were active. Furthermore, the participation of undergraduate students, such as the authors of this report, in research and extension activities broadens their understanding of these processes, brings them closer to the subject matter, and integrates inquiry into their professional praxis. Final Considerations: the booklet was an important initiative as it enabled individuals with dissident bodies to help guide psychology professionals, promote human rights, and align psychological practices more closely with the standards set in the Code of Professional Ethics.

KEYWORDS: Community. Professional ethics. Human rights.

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência se apoia em um campo de discussão que articula linguagem, subjetividade, normatividade, exclusão e compromisso ético-político da Psicologia, que deu origem à cartilha orientativa “Psicologia e Linguagem Não-Excludente”. O Grupo de Trabalho (GT) em linguagem não-excludente foi composto por nove pessoas: três conselheiras do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina — 12ª Região (CRP-12); seis colaboradoras nomeadas, sendo destas, duas formadas em Psicologia e quatro estudantes de graduação, com o intuito de produzir uma cartilha sobre linguagem não-excludente, de acordo com o Eixo 2º do Conselho Federal de Psicologia (2025, p. 2), que propõe:

“Interlocução com a sociedade: Articulações das Psicologias brasileiras para a efetivação do Estado Democrático de Direito na perspectiva da interseccionalidade, considerando as vulnerabilidades a partir dos diferentes marcadores sociais, tais como: questões étnico-raciais, socioeconômicas, culturais, geracionais, sexualidade e gênero e das pessoas com deficiência”.

A cartilha entregue contém seis capítulos com temáticas diferentes, dentro do nosso eixo central: o uso da linguagem de maneira a não excluir diferentes modos de existência. Respectivamente, os capítulos foram: Linguagem e Subjetividade; A Questão da Normatividade; Palavra É Política: Inclusão e Justiça Social; Linguagem Gendrada; Neolinguagem; Linguagem Neutra; Linguagem Anticapacitista; Linguagem Antirracista; Como Nos Posicionamos? Qual o Nosso Lugar?; Dicas Práticas - Vamos Atuar de um Jeito Aliado?; Afinal, o que é Proibido?

Parte-se da compreensão de que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um elemento que participa da produção de sentidos, das formas de reconhecimento e das possibilidades de existência no mundo social (CRP-12, 2025). Por isso, discutir linguagem não-excludente no contexto da Psicologia implica refletir sobre como certas formas de nomear, descrever e se dirigir às pessoas podem reforçar apagamentos, violências e barreiras simbólicas, especialmente em relação a grupos historicamente marginalizados.

Nessa direção, a experiência relatada se vincula a debates sobre os efeitos sociais e políticos da linguagem e sobre a necessidade de repensar práticas profissionais a partir de um horizonte de justiça social e direitos humanos. A cartilha aparece, então, como uma das materializações dessa discussão, ao mobilizar diferentes formas de elaboração linguística, como: a linguagem gendrada, a linguagem neutra, a neolinguagem, a linguagem antirracista e a linguagem anticapacitista, no interior de um processo coletivo de reflexão. Assim, o campo teórico do relato não é a cartilha em si, mas o conjunto de questões que tornam sua construção significativa como experiência profissional, política e institucional.

Portanto, cabe ressaltar o que significa cada uma das linguagens abordadas na cartilha. A linguagem gendrada vem em contraponto à ideia de se utilizar o gênero masculino como o universal, assim utilizando o feminino em seu lugar ou de forma prioritária, de modo a demarcar os conhecimentos produzidos por mulheres e que muitas vezes são invisibilizados (CFP, 2022). É uma linguagem utilizada em alguns Conselhos Regionais de Psicologia — CRP-SP, 2010; CRP-MS, 2015; CRP-SC, 2017 —, a fim de representar a maioria da categoria profissional da Psicologia composta por mulheres (CFP, 2022).

Já a neolinguagem é uma reivindicação de ativistas LGBTQIAPN+, que entendem que as demarcações de gênero gramatical feminino e masculino não contemplam a experiência de todas as pessoas, além do nosso idioma não ter historicamente uma demarcação de gênero gramatical que seja neutro. Assim, a neolinguagem propõe a adição desse gênero neutro através de novos pronomes e desinências de gênero, como é o caso dos pronomes “elu” e “ile”, que se utilizam como demarcação de gênero o final “e” ou “ue”. A fim de deslocar as terminações binárias “ele” e “ela”, a neolinguagem propõe uma possibilidade de linguagem generalista e não marcada por um gênero específico (Almeida, 2020; CRP-12, 2025; Pinheiro, [s. d.]).

Também, a linguagem neutra, utilizada prioritariamente neste presente relato, utiliza-se da própria estrutura já estabelecida do nosso idioma para não fazer uso de demarcações de gênero. Deste modo, a linguagem neutra não pressupõe o gênero de quem o discurso trata sobre. Assim, enquanto o uso da linguagem gendrada seria com a palavra “psicólogas” para se referir ao grupo de profissionais da Psicologia, ou “psicólogues” utilizando a neolinguagem, a linguagem neutra propõe o uso de “profissionais da psicologia” (CRP-12, 2025). Para além das linguagens referenciadas anteriormente, as linguagens anticapacitista e antirracista vêm como forma de tensionar e fazer refletir sobre como o discurso cotidiano reforça preconceitos e constroem barreiras de acesso, tanto contra pessoas com deficiência quanto contra pessoas pretas, pardas e indígenas (CRP-12, 2025).

A importância deste relato está em registrar uma experiência coletiva de construção da cartilha *Psicologia e Linguagem Não-Excludente*, elaborada no âmbito do XI Plenário do CRP-12, a partir de um GT vinculado à Comissão de Gênero e Sexualidade, existente no plenário referenciado anteriormente. Mais do que apresentar um produto final, escrever este relato permite tornar conhecido o percurso de elaboração do material, bem como o modo pelo qual inquietações sobre linguagem não-excludente foram sendo transformadas em pesquisa, debate, formulação institucional e produção técnica. Nesse sentido, o relato preserva a memória de um processo que foi, ao mesmo tempo, político, formativo e relacional, especialmente por dialogar com o Eixo 2 do Congresso Nacional da Psicologia, voltado à interlocução com a sociedade e à efetivação do Estado Democrático de Direito em perspectiva interseccional.

A experiência relatada se dá, então, a partir da percepção de que a linguagem excludente permanece presente em diferentes espaços da Psicologia, inclusive na própria categoria profissional. Embora a profissão se organize em torno de um compromisso ético-político com a dignidade humana, com o enfrentamento das discriminações e com a promoção dos direitos humanos, ainda são frequentes os usos de linguagem que reforçam apagamentos, hierarquias e exclusões, seja em falas cotidianas, materiais institucionais, documentos técnicos ou nos próprios processos de formação em Psicologia. Nesse contexto, a necessidade de pesquisar, discutir e produzir acerca da linguagem não-excludente surgiu como resposta a barreiras linguísticas e políticas que atravessam tanto o exercício profissional quanto a produção de conhecimento na área.

Além disso, a experiência também emergiu de tensionamentos políticos situados no contexto catarinense, onde os debates sobre linguagem, gênero, sexualidade, raça e deficiência seguem produzindo disputas importantes no contexto da própria Psicologia. Nesse cenário, a elaboração da cartilha respondeu não apenas à ausência de um material orientativo, mas ao reconhecimento de que a categoria profissional, por vezes, ainda reproduz linguagens excludentes, o que tensiona seu compromisso ético-político com os direitos humanos e com uma formação mais crítica e inclusiva. Diante do exposto, o presente relato tem como objetivo demonstrar e discutir as experiências vividas por profissionais e estudantes, assim como a importância do grupo de trabalho para a formação e atuação em

Psicologia.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O principal objetivo deste relato é compartilhar a experiência prática da produção de uma referência técnica em linguagem não-excludente para a classe profissional da área de Psicologia.

Objetivos específicos

1. Partilhar com a comunidade em geral quem foram as pessoas que ajudaram a elaborar a cartilha;
2. Discutir o que funcionou e o que poderia ser melhorado na prática de produção da cartilha;
3. Demonstrar a importância da pluralidade de autores e conhecimentos na construção coletiva do material final.

METODOLOGIA

No que tange os objetivos, trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, embasando-se na vivência de escrita da cartilha orientativa sobre linguagem não-excludente realizada junto ao CRP-12, realizada em 2024, com publicação do material em 2025. O presente relato foi escrito durante o primeiro semestre do ano de 2026 por quatro das pessoas que colaboraram com o material supracitado.

Escrever este relato também se justifica pelo modo como essa experiência foi produzida. Em diálogo com Mussi, Flores e Almeida (2021), entende-se que o relato de experiência não se limita a descrever etapas ou produtos, mas implica situar o processo, refletir sobre seus sentidos e materializar o conhecimento. Assim, embora o relato assuma uma dimensão coletiva, ele poderá explicitar, ao longo do desenvolvimento, dos resultados e da discussão, os modos singulares pelos quais cada pessoa participante foi atravessada por esta vivência e contribuiu para a experiência de construção coletiva, sem perder o caráter comum do processo.

No que se refere especificamente ao relato de experiência, o cuidado ético esteve presente na forma de narrar e sistematizar o processo vivido. Por se tratar de um texto construído a partir das experiências das próprias pessoas autoras e participantes, buscou-se apresentar os percursos individuais sem romper com o caráter coletivo da experiência, evitando exposições desnecessárias, simplificações ou hierarquizações entre as contribuições do grupo. Nesse sentido, tendo em perspectiva tratar-se de um relato

de experiência em que as pessoas autoras narram suas próprias vivências, não houve necessidade de submissão do presente trabalho a um Comitê de Ética em Pesquisa, tampouco do uso de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ainda assim, a escrita foi orientada por uma postura de respeito às diferentes posições implicadas no processo, pela contextualização das experiências narradas e pelo compromisso de transformar o vivido em reflexão compartilhável, sem apagar a complexidade relacional, política e formativa que atravessou a construção da cartilha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a construção da cartilha e, conseqüentemente, para a elaboração deste relato, as informações foram produzidas e reunidas por meio de diferentes instrumentos e formas de levantamento. Entre eles, destacam-se, através do uso de materiais digitais e impressos, a revisão bibliográfica sobre linguagem não-excludente e temas correlatos, a consulta a documentos técnicos da Psicologia, bem como a leitura de referências teóricas, técnicas e institucionais que subsidiaram as discussões do grupo. Esses materiais serviram tanto para fundamentar conceitualmente os capítulos da cartilha quanto para orientar as decisões sobre linguagem, posicionamento institucional e compromisso ético-político da Psicologia diante das questões abordadas.

Ademais, o processo também contou com momentos de conversa, troca e reflexões com pessoas que pesquisam e/ou vivenciam os temas relacionados às linguagens abordadas na cartilha. Essas interlocuções contribuíram para aproximar o grupo de experiências concretas, tensionamentos atuais e debates situados sobre linguagem gendrada, linguagem neutra, neolinguagem, linguagem antirracista e linguagem anticapacitista, ampliando a qualidade das reflexões produzidas. Os instrumentos utilizados não se restringem à busca documental e bibliográfica, mas envolveram também a construção conjunta de conhecimento a partir do diálogo com diferentes pessoas e saberes implicados no tema.

O cuidado ético que atravessou a experiência de produção aqui relatada esteve, desde o início, vinculado ao compromisso com os direitos humanos e com os princípios que orientam eticamente a Psicologia (CFP, 2005). Implica-se, então, compreender que a elaboração da cartilha não poderia se limitar a um exercício técnico de revisão de linguagem, mas precisava estar implicada com a não reprodução de violências, apagamentos e exclusões no próprio fazer profissional. Nesse sentido, o processo foi guiado por uma atenção constante aos efeitos da linguagem sobre os diferentes modos de existência, buscando construir um material coerente com uma atuação psicológica crítica, comprometida com a dignidade humana, com a inclusão e com o enfrentamento das discriminações.

Para além de estar em contato com o Conselho Regional de Psicologia, a experiência também promoveu maior contato com a comunidade, maior entendimento sobre as lutas de movimentos sociais e proporcionou que estudássemos sobre tópicos pouco abordados nas aulas da graduação. A experiência teórico-prática de pesquisar e colaborar com uma

referência técnica sobre escrita não-excludente também foi viabilizadora para uma maior participação e engajamento dentro dos contextos em que estamos inseridos, pois nos aproximamos não só da temática, mas também do fazer psicologia para além da clínica. Por exemplo, as repercussões do grupo de trabalho em linguagem não-excludente incluíram levar o diálogo sobre Gênero, Sexualidade e Linguagem para a 19ª Semana Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário Cesusc (UNICESUSC), onde duas pessoas desse grupo estudavam, e também a produção do Podcast “Orgulho Todo Dia” do CRP-12, onde foram produzidos quatro episódios explorando a Cartilha de Linguagem Não-Excludente e mais três episódios sobre atuação da Psicologia com a promoção de direitos LGBTQIAPN+ de forma interseccional em diferentes áreas de atuação profissional. A produção da cartilha também proporcionou a participação de duas das pessoas autoras no “V Seminário de Atenção Psicossocial - Saberes e Práticas Psicossociais em Santa Catarina” promovido pelo CRP-12 na cidade de Itajaí (SC) com a apresentação do tema de linguagem não-excludente em modelo de roda de conversa.

Durante e após o trabalho, tecemos uma rede que repercute no cotidiano acadêmico e profissional, ampliando nossas conexões dentro da área de atuação, que é algo importante para a nossa formação e desenvolvimento. Além disso, o trabalho pautado na ética e nos direitos humanos foi algo que deu sentido a tudo aquilo que estudamos dentro das salas de aula. O grupo ter sido composto com pessoas que realmente tem grande envolvimento e interesse no assunto foi um grande diferencial, mas algo que esperamos que esteja cada vez mais presente nesse tipo de produção.

O impacto social da produção de uma cartilha orientativa que se importa com os diversos modos de existência também é grande, principalmente dentro da área de Psicologia que, embora seja uma área de conhecimento de humanidades, acaba por reforçar padrões de cisheteronormatividade e corponormatividade que excluem diversas pessoas. Nosso intuito foi levar um compilado de informações, de maneira acessível, para que os profissionais continuassem se atualizando sobre a temática.

Para maior contextualização e caracterização, o GT sobre linguagem não-excludente do CRP-12 foi instituído em novembro de 2023 em Reunião Plenária aberta da comissão de Gênero e Sexualidade, com o objetivo de pesquisar, produzir e divulgar material para debater o papel da linguagem no contexto social e suas implicações na Psicologia. Entre as pessoas colaboradoras, a maioria pertence à comunidade LGBTQIAPN+, incluindo pessoas trans, travestis, não binárias e mulheres cis bissexuais.

Figura 1 - Reunião do grupo de trabalho de linguagem não-excludente



Fonte: CRP-12, 2024.

O material foi produzido coletivamente durante o ano de 2024, em seis encontros, com conselheiras e pessoas nomeadas para colaborar do GT, sendo a cartilha de autoria de: Claudemir Gonçalves; Jéssica Janine Bernhardt Fuchs; Ju de Oliveira; Nathália Ramos dos Santos; Nicolas Elliot Penedo de Paiva Estrella; Oliê Cárdenas Pires Ferreira Valente Lourenço; Paula Helena Lopes; Renata Cristiane Araújo de Lima, Yasmin Martinho (Figura 1). Além disso, foram realizados mais cinco encontros para revisão, diagramação e aprovação final da cartilha.

A união desse GT demonstrou, na prática, a potência de montar grupos levando em consideração diversos recortes interseccionais. Em colaboração, cada pessoa, a partir de sua perspectiva, contribuiu para a produção de um trabalho mais abrangente. Justamente, algo que potencializou o processo foi o conhecimento e interesse prévios em temas diferentes que cada pessoa tinha. Além disso, não podemos deixar de falar sobre os entendimentos que foram produzidos durante os encontros que tivemos no decorrer do período de elaboração da cartilha, em que conversamos, lemos, trocamos referências e escrevemos coletivamente, compreendendo que o conhecimento é construído nas práticas discursivas e nas relações estabelecidas entre as pessoas participantes (Spink; Medrado, 2013).

A participação de estudantes de graduação em atividades de pesquisa e extensão amplia a percepção sobre esses processos, aproxima do assunto pesquisado e ainda incorpora a investigação às suas práxis. Para isso, a inserção nessas atividades pode ser

por meio de participação das reuniões regulares de grupos de pesquisa, elaboração do problema de pesquisa, busca de material para revisão bibliográfica, bem como na análise e elaboração de materiais (Azevedo *et al.*, 2018). No relato aqui proposto, as pessoas estudantes estiveram envolvidas desde o projeto da cartilha sobre comunicação não-excludente, até a revisão e entrega final da mesma.

Uma dificuldade com a qual nos deparamos foi que a maioria das pessoas presentes na confecção da cartilha eram brancas, havendo, portanto, uma certa lacuna quanto a experiência de pessoas negras na confecção do capítulo sobre linguagem antirracista. Não porque não devemos escrever sobre isso, mas porque consideramos que a presença de pessoas atravessadas pela experiência é insubstituível nos espaços de produção e compartilhamento de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito do relato de compartilhar a experiência da elaboração coletiva da cartilha de linguagem não-excludente foi alcançado, assim como os objetivos específicos. Compreendemos que pessoas que ainda estão em processo de formação acadêmica, como exposto aqui, não só têm muito a aprender, mas também a contribuir. O olhar crítico e a atitude questionadora contribui muito com o processo de pesquisa e escrita, trazendo novas problemáticas acerca do assunto geral. Como nosso escopo de pesquisa foi justamente algo que surgiu a partir de novas inquietações e questionamentos, essa cooperação entre pessoas mais experientes, recém formadas e ainda estudantes foi extremamente enriquecedora para as discussões.

O projeto da cartilha é uma iniciativa importante porque possibilita a participação ativa de pessoas com corpos dissidentes (negras, com deficiência, LGBTQIAPN+) na orientação de profissionais da Psicologia para a melhoria do atendimento destas populações pela categoria profissional, assim como promover os direitos humanos e aproximar a prática da Psicologia daquela prevista no Código de Ética Profissional. A proposta da cartilha enquanto ferramenta orientativa sobre linguagem é de aproximar profissionais da Psicologia de seus deveres para com os direitos humanos, e abre assim caminhos para mais produções no sistema Conselhos voltadas à justiça social e políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gioni Caê. **Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa**. Paraná, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341736329_Manual_para_o_uso_da_linguagem_neutra_em_Lingua_Portuguesa. Acesso em: 30 mar. 2024.

AZEVEDO, Isabelle Campos de *et al.* Importância do grupo de pesquisa na formação do

estudante de enfermagem. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 8, n. 2, e390, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769226003>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Caderno de deliberações do 12º Congresso Nacional da Psicologia**. Brasília: CFP, 2025. Disponível em: [PDF do Caderno de Deliberações do 12º CNP](#). Acesso em: 30 jul. 2026.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2026.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a psicologia brasileira?: Um olhar sobre o presente para construir o futuro**. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf. Acesso em: 30 jul. 2026

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL – CRP-14. **Escrita gendrada**. Campo Grande, 23 out. 2015. Disponível em: <https://www.crpms.org.br/escrita-gendrada/>. Acesso em: 16 mar. 2024

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO – CRP-6. **Manual de linguagem do CRP SP**. São Paulo, ago. 2022. Disponível em: https://crpsp.org/uploads/pagina/328540/ljyr_6YaRhOxl94li6FzCE7KOVfL8PI_.pdf. Acesso: 30 jul. 2026.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA – CRP-12. **Psicologia e linguagem não-excludente: cartilha orientativa**. Florianópolis: CRP-12, 2025. Disponível em: https://site.crpssc.org.br/wp-content/uploads/2025/05/Cartilha_Oficial_DIGITAL.pdf. Acesso em: 22 mai. 2026.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA – CRP-12. Reunião do grupo de trabalho de linguagem não excludente [post]. **Instagram**, 5 mar. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C4Jim1JhaeT/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA – CRP-12. **Você sabe o que é escrita gendrada?**. Florianópolis, 27 nov. 2017. Disponível em: <https://crpsc.org.br/noticias/crp-sc-utiliza-escrita-gendrada-em-materiais-institucionais-1>. Acesso em: 16 mar. 2024

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>. Acesso em: 29 jul. 2026.

PINHEIRO, Viktor Bernardo. **Neolinguagem**. *LGBTQ+Spacey*, [s.d.]. Disponível em: <https://lgbtqspacey.com/neolinguagem/>. Acesso em: 30 jul. 2026.

SPINK, Mary Jane Paris; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane Paris (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.